

ENTREVISTA

Desafios em torno da pesquisa sobre o mobiliário escolar: uma conversa com Marcus Levy Bencostta

Entrevista concedida a Gustavo Rugoni de Sousa¹

RESUMO

Nesta entrevista, Marcus Levy Bencostta, professor e pesquisador da Universidade Federal do Paraná, discorre sobre os aspectos que envolvem a produção historiográfica e a potencialidade em torno da construção de pesquisas que tomam como objeto de estudo o mobiliário escolar. Ao longo de sua trajetória profissional, Marcus Levy Bencostta tem elaborado um conjunto significativo de trabalhos acerca da História da Educação no Brasil e, mais precisamente, sobre a cultura material escolar, com a qual tem contribuído com referenciais analíticos utilizados por muitos pesquisadores que investigam a realidade educativa. Destaca-se também sua inserção como Professor Visitante em diferentes Universidades Brasileiras e Estrangeiras e os cargos ocupados em Revistas Acadêmicas e Associações como a ANPED e a SBHE. É doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP, 1999), realizou pós-doutorado pela École Nationale Supérieure d'Architecture de Versailles, França (2007-2008) e aperfeiçoamento em Arquitetura Escolar pela Université du Québec à Montréal (2004). É fundador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Arquitetura Escolar - NEPHArqE e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em História da Educação e Modernidade - NEPHEM, ambos sediados na UFPR. Tem se dedicado, principalmente, a pesquisar os seguintes temas: Arquitetura Escolar, Culturas Escolares, Fotografias Escolares, Colégios Concessionais.

Palavras-chave: Mobiliário escolar. Cultura material escolar. História da Educação.

¹ Doutor em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e mestre em Educação pela mesma universidade. Professor Colaborador na FAED/UDESC. Integrante do Grupo de Pesquisa Objetos da Escola. E-mail: gustavorugoni@gmail.com

Challenges surrounding School Furniture research: a conversation with Marcus Levy Bencostta

Interview with Gustavo Rugoni de Sousa

ABSTRACT

In this interview, Marcus Levy Bencostta, professor and researcher at the Federal University of Paraná, discusses the aspects that involve the historiographic production and the potentiality around the construction of research that take as an object of study the school furniture. Throughout his professional career, Marcus Levy Bencostta has elaborated a significant set of works on the History of Education in Brazil and, more precisely, on the material school culture, to which he has contributed with analytical references used by many researchers who investigate the educational reality. He is also a Visiting Professor at different Brazilian and Foreign Universities and has held positions in Academic Journals and Associations such as ANPED and SBHE. He holds a PhD in Social History from the University of São Paulo (USP, 1999), a post-doctoral degree from the École Nationale Supérieure d'Architecture de Versailles, France (2007-2008), and a further education in School Architecture from the Université du Québec à Montréal (2004). He is the founder of the Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Arquitetura Escolar - NEPHArqE (Center for Studies and Research in the History of School Architecture) and the Núcleo de Estudos e Pesquisa em História da Educação e Modernidade - NEPHEM (Center for Studies and Research in the History of Education and Modernity), both based at UFPR. It has been mainly dedicated to researching the following themes: School Architecture, School Cultures, School Photographs, Confessional Colleges.

Keywords: School furniture. School Material Culture. History of Education.

Desafíos en torno a la investigación sobre mobiliario escolar: una conversa con Marcus Levy Bencostta

Entrevista concedida a Gustavo Rugoni de Sousa

RESUMEN

En esta entrevista, Marcus Levy Bencostta, profesor e investigador de la Universidad Federal de Paraná, aborda sobre los aspectos que envuelven la producción historiográfica y la potencialidad en torno de la construcción de investigaciones que toman como objeto de estudio el mobiliario escolar. A lo largo de su trayectoria profesional, Marcus Levy Bencostta ha elaborado un conjunto significativo de trabajos acerca de la Historia de la Educación en Brasil y, más precisamente, sobre la cultura material escolar, con la cual ha contribuido con referenciales analíticos utilizados por muchos investigadores que investigan la realidad educativa. Se destaca también su inserción como Profesor Visitante en diferentes Universidades Brasileñas y Extranjeras y los cargos ocupados en Revistas Académicas y Asociaciones como la ANPED y la SBHE. Es doctor en Historia Social por la Universidad de São Paulo (USP, 1999), realizó postdoctorado por la École Nationale Supérieure d'Architecture de Versailles, Francia (2007-2008) y perfeccionamiento en Arquitectura Escolar por la Université du Québec à Montréal (2004). Es fundador del Núcleo de Estudios e Investigaciones en Historia de la Arquitectura Escolar - NEPHArqE y del Núcleo de Estudios e Investigaciones en Historia de la Educación y Modernidad – NEPHEM, ambos con sede en UFPR. Se ha dedicado, principalmente, a investigar los siguientes temas: Arquitectura Escolar, Culturas Escolares, Fotografías Escolares, Colegios Confesionales.

Palabras clave: Mobiliario escolar. Cultura material escolar. Historia de la Educación.

Apresentação



Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado.

O mobiliário escolar tem despertado o interesse de diversos pesquisadores e pesquisadoras que utilizam a noção de cultura material escolar para compreender os movimentos e discursos acerca da escolarização da infância. O reconhecimento dos móveis escolares como fontes para a elaboração de investigações em uma perspectiva histórica está relacionado ao fortalecimento de grupos de pesquisa que, ao longo das últimas décadas, têm possibilitado a construção de um olhar mais amplo e diverso sobre a materialidade escolar. Nesse panorama, destacam-se as contribuições do Professor Marcus Levy Bencostta com o desenvolvimento de referenciais analíticos que têm sido utilizados como base para elaboração de interpretações e abordagens sobre a realidade educativa.

O historiador Marcus Levy Bencostta tem elaborado um conjunto significativo de trabalhos acerca da História da Educação no Brasil e, mais precisamente, sobre aspectos que envolvem a cultura material escolar. Suas contribuições podem ser identificadas por meio de artigos publicados em eventos acadêmicos, revistas científicas e em livros que contaram com sua autoria, organização ou escrita de capítulos, dentre os quais se destacam as obras intituladas *Imagens da Escola Primária no*

*Brasil (1920-1960)*² (2018), *Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos* (2007) e *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar* (2005).

Em sua trajetória profissional, tem atuado como professor e pesquisador da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Linha de História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR). Também esteve presente em diversas universidades brasileiras e estrangeiras como professor visitante³, onde colaborou com a formação de discentes e com investigações e diálogos desenvolvidos com diversos grupos de pesquisas. Para além dessas atividades, seu compromisso com a Universidade Pública se expressa pelos cargos ocupados em agências de fomentos, periódicos científicos, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (GT 02 - ANPED) e na Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

Nesta entrevista, Marcus Levy Bencostta constrói seus argumentos a partir de questões que foram organizadas em dois principais eixos: (i) desafios em torno da produção historiográfica; (ii) o mobiliário escolar como objeto de estudo para investigações acerca da cultura material escolar. Em sua narrativa, o professor e pesquisador nos convida a refletir sobre o mobiliário escolar e chama atenção para a consolidação de uma perspectiva que reconhece que a investigação acerca dos objetos escolares não deve se restringir a suas características físicas, pois outras dimensões têm possibilitado um amadurecimento das análises desenvolvidas em torno da cultura material escolar.

Gustavo Rugoni de Sousa: Ao analisar sua trajetória acadêmica e profissional, identifica-se que seus percursos sempre estiveram relacionados à Universidade Pública. Para iniciar nossa conversa, poderia discorrer sobre o papel dessa instituição para a sociedade?

Marcus Levy Bencostta: Agradeço por ser esta a pergunta escolhida para iniciarmos nosso diálogo. Sempre que posso aproveito de espaços como este para reconhecer o valor que a Universidade Públi-

2 Essa obra foi organizada em parceria com as Professoras Rosa Fátima de Souza Chaloba e Vera Lucia Gaspar da Silva.

3 Atuou como professor visitante nas seguintes universidades: Universidad Complutense de Madrid, UCM, Espanha (2019-2020); Centro de Investigación y de Estudios Avanzados, CINVESTAV, México (2018-2018); Hebrew University Of Jerusalem, U.JERUSALEM, Israel (2015-2015); Universidade Tiradentes, UNIT, Brasil (2012-2012); Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil (2011-2012); Tel-Aviv University, U.TEL-AVIV, Israel (2011-2011); Ecole National Supérieure d'Architecture de Versailles, ENSAV, França (2007-2008); Université du Québec à Montréal, Canada, UQAM, Canadá (2004-2004).

ca tem tido ao longo das últimas três décadas em minha formação e atuação profissional. Sou imensamente grato a essa instituição que possibilitou minha formação acadêmica quando conquistei o grau de historiador pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), quando entendi, pela primeira vez, a importância da função social do professor de história em uma sociedade que tardiamente se redemocratizava. Nesses anos iniciais, as oportunidades acadêmicas, culturais e políticas que vivenciei na UNICAMP foram fundamentais para definir a continuidade de minha trajetória rumo à atuação profissional. Na sequência, obtive os títulos de mestre e doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e iniciei a carreira como docente e pesquisador da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, desde 1996, sou professor de História da Educação nessa instituição pública.

Também não posso deixar de destacar a relevância que as agências de fomento desempenham no fortalecimento da universidade pública. Ao tomar o meu próprio exemplo, sem o apoio destas às investigações que coordenei em diferentes momentos de minha trajetória como pesquisador, muitas seriam deficitárias ou inviáveis. Assim, faço questão de distingui-las como fundamentais para o incremento e o desenvolvimento do conhecimento produzido na universidade pública, tanto nas ciências básicas quanto nas aplicadas.

Contudo, é muito inquietante perceber que a contribuição dada pela universidade pública à sociedade seja parcialmente compreendida, em especial, por parte considerável de nossos representantes na esfera política, que não conseguem enxergar a sua natureza cooperativa e solidária, utilizando-se de retóricas que tomam essa instituição social como um custo e não um investimento. Uma prova dessa cegueira são os sucessivos contingenciamentos que ela tem sofrido em seu orçamento, ano após ano, que subtraem recursos necessários à sua manutenção. Mesmo assim, apesar das discriminações que recaem sobre sua contribuição à sociedade, ela tem alcançado os mais altos níveis nas avaliações realizadas pelos institutos especializados que auferem a qualidade da pesquisa e do ensino brasileiro. E como a maioria esmagadora dos docentes das universidades públicas também são pesquisadores em suas áreas de especialização, isto tem qualificado o desenvolvimento regular de suas atividades acadêmicas, científicas e culturais de forma autônoma com alto índice de especialização, muito por conta do regime de dedicação exclusiva, por ela adotado com sucesso a bastante tempo.

Não podemos esquecer que é graças a sua natureza solidária que não visa construir o conhecimento científico para fins meramente mercadológicos, que a universidade pública está contribuindo de modo eficaz para minimizar os efeitos nocivos causados pela pandemia da COVID 19 no momento atual da sociedade brasileira, além de cooperar na solução de inúmeras outras questões das mais variadas complexidades que resultam em processos de transformação e emancipação social. À vista disso, as responsabilidades sociais assumidas pela universidade pública exigem o compromisso indispensável do investimento estatal com recursos originários dos impostos recolhidos para a produção e divulgação do conhecimento científico como um bem coletivo, além da formação de profissionais qualificados e habilitados para atuarem em prol da sociedade que, ao fundo e ao cabo, é quem a mantém e que tem pleno direito de conhecer qual o destino e como são aplicadas as verbas e, principalmente, averiguar os seus resultados.

Também gostaria de observar em nossa discussão, a importância de continuarmos defendendo a democratização do ensino na universidade pública brasileira para que não se perca sua natureza de instituição social. Certamente avançamos nesse propósito com a ajuda de importantes programas sociais, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), dentre outros. Mas ainda não dão conta dos anseios da população estudantil que deseja realizar seus estudos de graduação e pós-graduação em uma universidade pública com garantias seguras que sua permanência se dará com qualidade até a conclusão de seus estudos e pesquisas. Todavia, não podemos pensar em democratização de acesso e permanência de novas populações estudantis sem a vincular à democratização que envolve a autonomia universitária na definição de suas modalidades de representação, participação e escolha legítima de seus gestores para uma condução responsável.

Gustavo Rugoni de Sousa: No momento em que realizamos essa entrevista, a pandemia do coronavírus avança no Brasil: registramos mais de cento e cinquenta mil mortes⁴ e o aumento das desigualdades educacionais. Que contribuições a História da Educação apresenta para

4 Contabilizadas em 16 de outubro de 2020.

repensar os espaços escolares e no enfrentamento dos desafios impostos pelo contexto atual?

Marcus Levy Bencostta: Comungo com a opinião do historiador Georges Duby em seu livro, *“An 1000, an 2000, sur les traces de nos peurs”*⁵, de que adiantaria escrever a história, se não fosse para ajudar seus contemporâneos a manter confiança em seu futuro e a lidar com mais recursos com as dificuldades que eles encontram no dia a dia? O historiador, conclui Duby, tem o dever de não se fechar no passado e refletir diligentemente sobre os problemas de seu tempo⁶.

Esta crise de proporção mundial pela qual estamos passando tem resultado em múltiplos sofrimentos e mortes que estão desencadeando sentimentos pelos quais as sociedades percebem cada vez mais a importância da vida. E olhar para o passado ajuda a enfrentá-la com mais sabedoria e confiança de superação, principalmente quando percebemos que os medos que a realidade do tempo passado vivenciou disparam novas indagações sobre os medos dessa pandemia do Covid 19 no tempo presente.

Nós, os historiadores, evidentemente, não encontraremos no passado todas as soluções do que está acontecendo no tempo presente, mas, certamente, o conhecimento histórico tem o poder de provocar comparações e reflexões que esclarecem como as civilizações, ao longo do tempo, superaram ou simplesmente, sucumbiram as inúmeras crises de saúde, racismo, guerra, fome, pobreza, refugiados, xenofobia, dentre muitas outras, com permanências óbvias e extrema dificuldade de solução nos dias de hoje.

No que diz respeito ao espaço escolar das instituições educacionais (da creche à universidade), os estudos da História da Educação devem considerar que a pandemia do COVID 19 atingiu a escola de forma impactante, levando a interdição da circulação e do uso de seus territórios por estudantes, professores e funcionários. O fechamento necessário e compulsório de seus portões que foi determinado pelas autoridades judiciais sob orientação das autoridades médicas, ressignificou

5 No Brasil foi publicado como: DUBY, Georges. Ano 1000 – Ano 2000. Na pista dos nossos medos. São Paulo: UNESP, 1998.

6 “À quoi bon écrire l’Histoire, si ce n’est pas pour aider ses contemporains à garder confiance en leur avenir et à aborder mieux armés les difficultés qu’ils rencontrent quotidiennement? L’historien par conséquent a le devoir de ne pas se renfermer sur le passé et de réfléchir assidument sur les problèmes de son temps.” (DUBY, Georges. An 1000, an 2000, sur les traces de nos peurs. Paris: Editions Textuel, 1995).

a gramática espacial escolar para uma morfologia espacial virtual. Já tínhamos experiência de espaços escolares virtuais híbridos com a Educação à Distância, mas desta forma, intensamente massivo, como está acontecendo é inédito em toda a História da Educação. Considero que ainda temos poucas ferramentas para avaliar esse “novo” espaço escolar como um problema histórico. O tempo de transição que a escola está vivenciando até o retorno de suas atividades integras, qual seja o modelo que adotará no futuro próximo, sinalizada uma nova cultura escolar que está sendo gestada durante a pandemia, e nela o espaço já está sendo um de seus protagonistas, acompanhado das questões curriculares, do tempo escolar, das sociabilidades e sensibilidades, da democratização no acesso à internet e dos saberes da profissão docente.

Gustavo Rugoni de Sousa: Você possui um grande número de produções que tratam da História da Educação com destaque para a história da arquitetura escolar. Poderia dizer como surgiu o seu interesse por esse campo de pesquisa, destacando algumas investigações já realizadas?

Marcus Levy Bencostta: Na década de 1990, conheci a Professora Rosa Fátima de Souza, quando iniciamos, juntamente com outra(o) s pesquisadora(e)s, as atividades de pesquisa do projeto integrado “A diversidade das propostas educacionais na região de Campinas (1850-1960)”, financiando com recursos da FAPESP, sob a coordenação da professora Zeila Demartini.

Naquela época, fui profundamente influenciado pelo entusiasmo da colega Rosa que dividia conosco a riqueza das fotografias escolares como objeto de investigação histórica e discussão teórica. O meu fascínio por essa discussão foi transformado em interesse de pesquisa e nos primeiros anos de trabalho na UFPR quando, em 2000, ajudei com outra(o)s colegas a fundar a Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, iniciei minhas pesquisas nesse campo, ocasião que me tornei pesquisador produtividade em pesquisa do CNPQ, com o projeto “A imagem fotográfica no estudo das instituições educacionais: os grupos escolares de Curitiba (1903-1971)”.

Foi durante esse período, que meu olhar se direcionou para aquelas fotografias que representavam o espaço e arquitetura do edifício escola e, após algum tempo fui rendido por ele, e decidi que as fotografias escolares continuariam como foco de meus interesses investiga-

tivos (como são até hoje), mas que aprofundaria os meus estudos sobre a arquitetura escolar.

E, novamente, recebi o apoio do CNPQ, com bolsa de produtividade para desenvolver o projeto “História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar: os grupos escolares de Curitiba (1903-1950)”. Durante essa investigação, fui selecionado como pesquisador visitante do *Conseil International des Études Canadiennes* (CIEC), para desenvolver nos arquivos do *Centre Canadien d’Architecture* (CCA), a pesquisa “*Architecture et Histoire: la culture scolaire au Canada et au Brésil (1900-1930)*”. Depois dessas experiências, estava suficientemente seguro para iniciar meus estudos de pós-doutoramento na *École Nationale Supérieure d’Architecture de Versailles* (França), com a pesquisa, “História da Educação e Arquitetura: por uma tipologia acerca do espaço da escola elementar (Brasil e França, 1870-1930)”, com auxílio da CAPES.

Nos anos seguintes, um novo salto foi dado no sentido de investigar fenômenos que interferiram na arquitetura escolar moderna, possibilitado pela continuidade de ser bolsista produtividade em pesquisa do CNPQ, desta vez, com o projeto “A Linguagem da Bauhaus e a gramática arquitetural escolar moderna (1919-1933)”. Tive nessa proposta uma continuidade das minhas investigações, visto que o componente imagético dos edifícios pensados para fins educacionais, projetados e construídos pelos fundadores da Bauhaus e seus seguidores, tomaram importância nos estudos históricos por sua linguagem modernista. Hoje, enquanto respondo esta entrevista, desenvolvo pesquisando a linguagem moderna com o projeto “A Arquitetura Moderna Universitária no Brasil: análise dos edifícios acadêmicos da Universidade Federal do Paraná (1950-1960)”, cujo desafio está sendo o de explicar como a linguagem dessa vanguarda tomou forma nos traçados das fachadas dos prédios acadêmicos que ela projetou e com isto tentar criar uma tipologia que identifique as peculiaridades de cada edifício, inserindo-as na discussão histórica educacional.

Gustavo Rogoni de Sousa: As investigações que utilizam a noção de cultura material escolar têm ocupado um lugar de destaque no campo da História da Educação, auxiliando na construção de interpretações sobre os processos de escolarização no Brasil. Como especialista da área, que desafios teóricos e metodológicos você avalia que se apresentam aos pesquisadores que tomam essa noção como objeto de estudo ou fonte de investigação?

Marcus Levy Bencostta: Considero que os desafios teóricos e metodológicos são enormes, mas de modo nenhum intransponíveis. Na última década, a apropriação da noção de cultura material escolar tem evidenciado avanços consideráveis em nossa historiografia, apesar da circulação dessa produção se restringir aos nossos próprios fóruns de discussão e divulgação científica. Evidentemente que a produção e a circulação desses saberes são necessárias e de fundamental importância para a sua consolidação no campo da História da Educação, contudo, quando falamos para nós mesmos, ela se torna insuficiente para a conquista de novos espaços de produção de pesquisa.

Os interesses diferenciados que foram despertados dentro da historiografia para uma diversidade de temas e abordagens relacionados a cultura material escolar resultam de pesquisas organizadas no interior dos núcleos e grupos de pesquisa de caráter regional e nacional que se constituíram no interior das universidades brasileiras, que são responsáveis, inclusive, pela adoção de teorias e metodologias úteis para essa temática que atingem as orientações de dissertações e teses. Estabelecemos um diálogo regular com grupos de investigadores portugueses, espanhóis, franceses, argentinos, uruguaios e mexicanos para um aprofundamento mais qualificado dessa questão, porém, ainda é um desafio conhecer, debater e construir teorias e análises comparativas com pesquisadores anglo-saxônicos, germânicos e, também, africanos. Por fim, se estamos interessados em compreender como a cultura escolar material se constitui em lugares educativos e culturais, outro desafio metodológico trata das morfologias simbólicas da cultura material, para além da abordagem de sua configuração, disposição e usos dos artefatos no ambiente escolar.

Gustavo Rugoni de Sousa: Em sua trajetória como pesquisador, o mobiliário escolar tem sido reconhecido como um objeto de estudo que possui grande potencial para as investigações acerca da cultura material escolar. Como você avalia o interesse pelo tema e o crescimento da produção a ele dedicada?

Marcus Levy Bencostta: Primeiramente avalio como extremamente positiva para os estudos da cultura material escolar, o lugar que ocupa o mobiliário escolar como fonte de investigação histórica. E cabe aqui uma observação: quando a comunidade de historiadora(s) da educação começou a discutir e incorporar em nossas pesquisas, o conceito de cultura escolar a partir, em especial, das apropriações que fi-

zemos das valorosas considerações de Dominique Julia e Antonio Viñao, percebemos de imediato que não conseguiríamos aprofundar nossas inquietações acerca deste tópico se demorássemos muito a flexioná-lo no plural, adotando a noção de culturas escolares para as diferentes realidades histórico educacionais.

Portanto, foi possível pensarmos que nesse grande guarda-chuva conceitual que é a cultura escolar, estavam albergadas outras manifestações culturais, dentre elas, a cultura material escolar. Desde então, aprendemos a problematizar a materialidade que reside no universo escolar como uma das dimensões interpretativas dos processos de escolarização da infância, das juventudes e do mundo adulto. Em uma primeira fase de nossa produção historiográfica acerca da mobília escolar, encontramos uma série de publicações que se preocupou em inventariar esses artefatos que estavam presentes na cena escolar, predominantemente aquela que dizia respeito ao ensino primário da primeira metade do século XX.

Diria que essa fase foi necessária, mas era preciso avançar para além das listas de compras que tipificavam esse tipo de artefato. Na última década, tivemos o incremento de trabalhos primorosos de autoria de jovens pesquisadora(e)s que trouxeram consigo um elevado nível de amadurecimento empírico e analítico acerca da importância da mobília escolar. É correto afirmar que o ritmo de crescimento tímido de pesquisas é regular, mas, por outro lado, ele se dá de modo consistente do ponto de vista da análise, afastando-se, portanto, do uso imediato de modelos teóricos explicativos utilizados de modo aligeirados. O que é muito bom, pois, não cria a preocupação dela ser entendida como uma onda passageira em nossa produção historiográfica. Outro aspecto é o uso notável de fontes cada vez mais inovadoras e diversas, mas que não deixam de considerar o potencial da documentação mais usual, como aquelas que tratam da aquisição e compra, catálogos, relatórios administrativos diversos, fotografias, catálogos e anúncios dos jornais.

Gustavo Rugoni de Sousa: Com o fortalecimento do movimento higienista, das novas exigências pedagógicas, o circuito das exposições universais e a expansão industrial identificada a partir da metade dos Oitocentos, é possível verificar a consolidação de um perfil de mobiliário escolar considerado ideal para as práticas educacionais?

Marcus Levy Bencostta: Para nós, historiadores da cultura material escolar e para os historiadores da educação, em geral, não é ne-

nhum segredo que a escola se tornará no século XIX, um dos melhores clientes da produção industrial. Equipar as instituições educacionais dava lucro à medida em que ela se universalizava. E no Brasil não foi diferente, em especial, a partir da adoção da escola graduada como modelo de organização do ensino primário. As indústrias madeireira e moveleira, também as metalúrgicas, estavam atentas à essa demanda que crescia crescente.

As Exposições Universais e as Exposições Pedagógicas são um exemplo de como o mobiliário e uma série de outros artefatos eram apresentados como o que havia de mais moderno em termos de material escolar. Mas é preciso tensionar essa relação entre o movimento higienista e as exigências pedagógicas na adoção de modelos idealizados de mobiliário escolar, visto que nem sempre foi a preocupação maior daqueles que concebiam os móveis escolares a higiene da criança. No caso brasileiro, no alvorecer republicano, as escolas isoladas e, até mesmo, os primeiros grupos escolares instalados em locais de pouca visibilidade na cena urbana, foram equipados com um mobiliário simples de custo baixo na sua fabricação. Mas também encontramos uma realidade semelhante na Europa, com a adoção dos bancos escolares em madeira para o uso de até 8 aluna(o)s. Os catálogos dos comerciantes de móveis escolares argumentavam que o tamanho dos bancos permitia que eles deixassem seus assentos sem deslocar seus vizinhos, sem comprometer, portanto, as atividades didáticas. Mas esqueceram de dizer tratar-se de um mobiliário que causava desconforto e fadiga, portanto, inapropriados para a saúde infantil, além de extremamente pesados, dificultando sua mobilidade para fins pedagógicos.

Se avançarmos para as últimas décadas do Oitocentos, o emprego do ferro fundido com a madeira torna-se preferência no mundo industrial europeu para o mobiliário escolar. E lentamente, os bancos foram substituídos pelas carteiras que podiam ser de um ou dos lugares, com dimensões apropriadas as idades da(o)s aluna(o)s.

Se foi possível verificar a consolidação de um perfil de mobiliário escolar considerado ideal para as práticas educacionais no século XIX?

Acredito que não. O diálogo nem sempre foi tranquilo sobre qual o melhor perfil, se o mobiliário escolar em madeira e suas formas rígidas, pesadas e de difícil mobilidade ou aquele que adotava novos materiais, como o ferro fundido e depois, já início dos Novecentos, o aço tubular e o alumínio. Como afirmei no início da minha resposta, a dimensão co-

mercial não deve ser minimizada, o que configura que esse debate não era apenas pedagógico e seus novos métodos de ensino. Pensando nisso, foi marcante a contribuição daqueles que constantemente pensaram o mobiliário como ferramenta que deveria valorizar todo o processo de aprendizagem escolar que modificaria o cenário da produção industrial.

Gustavo Rugoni de Sousa: Por meio de suas produções, é possível identificar que os móveis idealizados para as escolas primárias possuíam diferentes formatos ao longo do tempo. Não apenas o desenho de seus *designs* que se alterou, mas também a importância que esses objetos passaram a alcançar para as práticas escolares. Nessa perspectiva, qual o seu entendimento sobre os móveis que estão presentes atualmente nas escolas brasileiras? Que semelhanças e diferenças você pode identificar entre o mobiliário escolar atual e os que foram utilizados em escolas do início do século XX?

Marcus Levy Bencostta: Na história da evolução do mobiliário escolar brasileiro, as transformações do seu design acompanharam o desenvolvimento da própria indústria moveleira, que incorporou novas tecnologias, materiais, modelos e métodos nos processos produtivos em série. É uma pena que, durante o século XX, o desenho do mobiliário escolar tenha sido timidamente influenciado pelos movimentos de vanguarda que se manifestavam na Europa e Estados Unidos, restando-lhe adaptações como opção na criação de um vínculo com o design moderno. Muitas dessas iniciativas estão representadas em catálogos que eram distribuídos como peça propagandista aos gestores da educação pública e aos mantenedores de instituições educativas privadas, muito por conta de que a indústria brasileira queria se afirmar comercialmente no mercado moveleiro escolar.

Lentamente, o século passado testemunhará a permuta da produção de peças de madeira maciça de árvores nobres nativas, portanto, duradouras, pesadas e caras, para a de madeira processada de árvores que se tornaram industrialmente rentáveis, em especial, aquelas originárias de áreas de reflorestamento. O resultado foi a paulatina substituição de um mobiliário escolar clássico do século XIX, por um mais leve e adaptável ao seu deslocamento, conforme necessitava os processos de ensino-aprendizagem.

Considerando a durabilidade das peças que utilizavam do aço tubular em substituição ao ferro fundido e, posteriormente, a preferência do alumínio ao aço tubular, a madeira foi o material clássico de re-

ferência quando o assunto era móveis para escola. Mesmo que tenha sido industrializada, substituindo a madeira maciça pelo aglomerado (tipo mdf, compesado, *fingerjoint* etc), ela ainda suporta com bastante resistência a chegada avassaladora dos laminados plásticos, que luta para ser o material preferencial para o modelo de mobiliário da indústria moveleira na passagem dos Séculos XX-XXI. No início da minha resposta, comentei a timidez dessa produção frente ao discurso vanguardista, e retorno a mesma crítica, quando está em discussão o uso de materiais diversos e o tema da sustentabilidade no século XXI. Renomados arquitetos e designers europeus, americanos e canadenses estão projetando móveis, inclusive os escolares, que utilizam única e exclusivamente o papelão condensado e reciclado como matéria prima de suas peças. A proposta, além da leve, barata e ecológica, trata-se de uma nova revolução na indústria do mobiliário escolar que ainda utiliza de plásticos laminados e madeiras de reflorestamento.

Por fim, a carteira escolar individual é a grande vencedora do debate se a escola seria mais moderna ou menos moderna se utilizasse carteira duplas ou individuais. As adaptações foram bem vindas, tais como modelos estofados que obrigavam o uso de tecido para o seu acabamento; as carteiras para obesa(o)s; as carteiras para a(o)s canhota(o)s e outras inovações.

Gustavo Rugoni de Sousa: É possível identificar uma preocupação crescente dos historiadores com a preservação de fontes de pesquisa e da memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação. Poderia destacar espaços de salvaguardas e preservação localizadas na América Latina que podem contribuir para as pesquisas em torno do mobiliário escolar?

Marcus Levy Bencostta: Além de instituições de guarda da memória e do patrimônio educativo, esses espaços tornaram-se fontes de pesquisa de inúmeras investigações no campo da história, da etnografia e da antropologia da educação. Sua constante preocupação com a organização e a preservação material da documentação, cada vez mais diversa, e dos artefatos sob seus cuidados, tem colocado em alerta máximo, a viabilidade das condições de seu funcionamento, pois dependem quase que exclusivamente do investimento público. Além disso, continua polêmica a nossa política nacional de arquivos públicos que possibilita pela Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o descarte pelos arquivos escolares de importantes documentos que se referem diretamente à memória

e ao contexto educativos, tais como, cadernos de aluna(o)s, diários de classe, planos de aula, fotografias, estatísticas, folhas de pagamento de professora(e)s etc, não dando tempo sequer de chegarem intactos aos museus e centros de documentação.

Há inúmeros arquivos escolares espalhados pela América Latina que foram organizados por iniciativas de instituições públicas e privadas, resultado, em certa medida, das normalizações legais que regulamentaram a guarda da documentação escolar. Mas confesso que não conseguiria listá-los aqui, pois, por um lado, cometeria esquecimentos e, por outro, por desconhecimento.

Quanto aos Museus Escolares que foram instalados no espaço escolar para servir de suporte ao ensino, não irei adentrar no debate linguístico que trata de sua identificação museológica de qual será a melhor forma de caracterizá-los, museus, centros de memória, memoriais, acervos, centros culturais etc. Não tenho dados precisos, mas a quantidade de Museus Escolares em funcionamento espalhados pelo Brasil não é muito mais de uma centena e meia, o que é pouco se compararmos com a quantidade de instituições educacionais existentes no país. Geograficamente, estão dispostos em diferentes espaços da cena escolar brasileira, e posso destacar alguns que tive o prazer de conhecer, em momentos diversos, quando minhas agendas acadêmica e pessoal permitiram visitas a estes espaços museológicos, dentre os quais, recomendo fortemente conhecê-los:

Museu Professor Guido Straube (Colégio Estadual do Paraná – Curitiba, PR);

Museu da Escola Estadual Caetano de Campos (São Paulo, SP);

Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (São Paulo, SP);

Acervo da Escola Estadual Culto à Ciência (Campinas, SP);

Museu do Colégio Municipal Pelotense (Pelotas, RS);

Memorial do Colégio Manoel Ribas (Santa Maria, RS);

Museu Coronel Loyola (Colégio Militar de Curitiba, PR);

Acervo do Colégio Militar do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RS);

Museu do Colégio Militar de Salvador (Salvador, BA)

Museu do Colégio Militar (Belo Horizonte, MG);

Memorial do Centro Educacional Menino Jesus (Florianópolis, SC);

Museu Escolar de Ciências (Colégio Marista Nossa Senhora do Rosário – Porto Alegre, RS);

Museu Irmão Paschoal Pasa (Colégio Marista - Passo Fundo, RS);
Museu de História Natural do Colégio Anchieta (Porto Alegre, RS);
Memorial do Colégio Marista Nossa Senhora da Penha (Vila Velha, ES);
Museu da História dos Salesianos no Brasil (Colégio Liceu Coração de Jesus - São Paulo, SP);
Memorial do Colégio Marista Arquidiocesano (São Paulo, SP);
Museu de História Natural (Colégio Dante Alighieri – São Paulo, SP);
Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (São Paulo, SP);
Museu do Colégio Santuário Caraça (Catas Altas, MG);
Memorial do Deutscher Hilfsverein (Colégio Farroupilha – Porto Alegre, RS);
Museu do Colégio Latino-Americano (Campo Grande, MS);
Museu Pedagógico e Laboratório Leopoldo Cathoud (Instituto de Educação de Minas Gerais - Belo Horizonte, MG);
Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (Santa Maria, RS);
Centro de Memória Institucional e Museu de História Natural (Instituto de Educação do Rio de Janeiro – RJ);
Museu da Escola Normal Justiniano de Serpa (Fortaleza, CE).

E na América Latina, impressiona visitar e pesquisar as coleções do *Museo Bernasconi* e do *Museo de las Escuelas*, ambos instalados em Buenos Aires. No Uruguai, o *Museo Pedagógico José Pedro Varela*, em Montevideo, e no Chile, o *Museo de la Educación Gabriela Mistral*, em Santiago.

Entrevista concedida em outubro de 2020